

Filosofar desde a América Latina: Entrevista com Julio Cabrera

Julio Cabrera¹
Danilo Rodrigues Pimenta²

Julio Cabrera nasceu na Argentina, na cidade de Córdoba. Ele fez seus estudos de Graduação (1965-1970) e de Doutorado (1970-1974) em Filosofia na Universidad Nacional de Córdoba. Nessa instituição, ele foi professor assistente de 1975 a 1979. Em 1979, chegou ao Brasil para trabalhar no Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria, onde ficou até 1987. No ano seguinte, iniciou seus trabalhos como professor no Departamento de Filosofia da Universidade de Brasília, também trabalhou no Programa de Pós-graduação em Filosofia e no Programa de Pós-graduação em Bioética dessa instituição, aposentando-se em 2014 como professor Titular. Julio Cabrera possui uma vasta produção filosófica em que constrói sua filosofia em diálogo com filósofos europeus e latino-americanos dos séculos XIX e XX, nas áreas de filosofias da linguagem, da ética negativa, na interface entre filosofia e cinema e do filosofar desde a América Latina.

Nos últimos anos as produções de Julio Cabrera acerca do filosofar desde a América Latina se intensificaram. Dentre seus textos sobre essa temática, destacam-se as seguintes publicações: *Diário de um filósofo no Brasil* (2010. 2. edição de 2013, corrigida e ampliada), ‘Europeu não significa universal. Brasileiro não significa nacional’ (2015), ‘Filosofar acadêmico e pensamento insurgente’ (2017), ‘O projeto institucional da Filosofia no Brasil e a inexistente Escola de Brasília’ (2018), ‘El estudiante de filosofía como ‘víctima académica’’. (Una reflexión sobre violencia intelectual desde Enrique Dussel)’ (2020), *Pátrias e Exílios: pensando desde América Latina* (2020), *Devorando Nietzsche. Por um niilismo sul-americano* (2022), *The essential Cabrera: una antología multilingüe* (2022) e *Testamento: um livro para*

¹ Filósofo e Professor aposentado da Universidade de Brasília. E-mail: kabra7@gmail.com.

² Possui Pós-Doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Federal de Sergipe. Pesquisador de Pós-Doutorado no Programa de Pós-graduação em Filosofia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. E-mail: danilorodriguespimenta@gmail.com.

100 personas (2022). É o filosofar desde a América Latina que será abordado nas páginas seguintes.

Danilo Pimenta: Quem é Julio Cabrera? E como o senhor apresentaria a sua obra?

Julio Cabrera: A minha é uma obra diaspórica, dispara em todas as direções. Não é “especializada”. Responde a inquietações pessoais mais do que a “disciplinas”. Pessoais, mas não privadas, claro. Sempre esperei poder partilhar essas inquietações. Mas não há nada garantido. Talvez o que mais me interessa não interesse a mais ninguém. Isto sempre foi assim. Esta diversidade foi interpretada, em termos acadêmicos como “dispersão”. Mas é impossível entender meu pensamento fora dessa dispersão. Diversificar não foi uma contingência de minha filosofia, mas algo que surgiu da sua própria natureza; o múltiplo foi a sua única maneira de se manifestar.

Essa minha diversidade de pensamento se desdobrou em preocupações tradicionalmente chamadas de “éticas”, “estéticas”, “lógicas” etc., dando a impressão de que eu me inseria nessas “áreas disciplinares”, naquelas que compõem as grades e programas curriculares. Mas nunca foi assim. A ética que me interessava não era essa ética dos livros de ética que estudamos; e a lógica que me interessava não estava nos cursos de lógica. Eu tentava escrever o que eu gostaria de ler em livros que não existiam. Assim foram aparecendo meus primeiros livros, “A lógica condenada” e o “Projeto de ética negativa”, ambos nos finais da década de 80 do século passado.

Eu não me considero um “especialista” em nada, a não ser em mim mesmo, e talvez nem isso. Eu sou, simplesmente, um filósofo, quase certamente um filósofo menor. Cultivei todas essas “áreas” porque eu estava procurando uma única coisa, seguindo uma intuição primordial (que, segundo Schopenhauer, é o que caracteriza um filósofo, a obsessão por uma única ideia). Mais recentemente tentei descobrir uma constante em toda essa “dispersão”, uma ideia fundamental, que chamei “a forma do mundo”. Fiz um vídeo e publiquei um livro com esse mesmo nome. Mas não sei se finalmente cai numa armadilha eu mesmo, buscando uma pretensa unidade perdida no que eu fiz ao longo das décadas. Porque, a final de contas, por que a unidade seria melhor que a diversidade? Talvez a última palavra sobre uma obra resista

a todo esforço de “unidade”. Não sei. Talvez vocês, meus leitores, possam me dizer alguma vez quem foi Julio Cabrera.

Danilo Pimenta: Quando e por que o senhor começou a se interessar pela filosofia latino-americana?

Julio Cabrera: Só muito recentemente. Sou culpado de ter ensinado docilmente filosofia europeia e norte-americana durante décadas, em várias universidades, sem qualquer autocritica. Apenas no novo século desperto para a tardia consciência de ser um funcionário mal pago de difusão de filosofia alheia, do pensamento daqueles que tinham matado meus ancestrais. A partir daí foi-me impossível me considerar um europeu adotivo. Como Hamlet, tentei desmascarar o assassino do meu pai. Muitos colegas debocharam desta minha obsessão, diziam que eu não podia renunciar à formação que tinha recebido. Ainda carrego essa tensão, e não pretendo nenhum ingênuo início absoluto.

Começo a me interessar por filosofia latino-americana na trilha de uma crítica ao eurocentrismo, dentro do âmbito da política universitária. Entendam bem, eu não estava interessado em descobrir equivalentes latino-americanos de filósofos europeus, um Kant na pampa argentina ou um Nietzsche no sertão. O que me interessava era descobrir como seria pensar desde América Latina, desde nossa situação de invasão-colonização-independência-libertação. Não me interessava pesquisar como a filosofia europeia – o positivismo, a fenomenologia, a filosofia analítica – tinha sido “recebida” em nossas terras. Isso ainda era uma tarefa eurocentrada. Pensar desde América Latina significava outra coisa, significava descobrir os problemas metafísicos, éticos, estéticos e lógicos através do assumir uma tradição própria de pensamento-ação que desconhecíamos por completo, porque não era ensinada nas faculdades de filosofia. Falo em pensamento-ação (ou em “pensação”) porque essa tradição incluía tanto textos quanto ações efetivas de liberação, tanto autores como atores, protagonistas de acontecimentos cheios de significação filosófica.

Mas também me afastei bastante dos grupos de “filosofia da libertação latino-americana”, dos quais me aproximei em algum momento. Depois de um tempo senti que eu queria me afastar das narrativas enviesadas e polarizadas de todos os lados, e tentar inserir a política numa ontologia negativa. Comecei a me interessar numa espécie de

arqueologia ontológica das políticas de esquerda e de direita, para descobrir por trás dos discursos políticos suas bases na condição humana, na finitude, no nascimento e na morte. As “filosofias da libertação” me pareciam totalmente imersas em narrativas incapazes de entender seus opositos, e aos poucos me decepcionaram (apesar de eu ter boas relações pessoais e intelectuais com Enrique Dussel, com quem tive encontros e discussões muito proveitosas).

Meus interesses políticos também foram sempre muito marcados pela minha própria emancipação intelectual. Eram, sim, algo pessoal, biográfico. Cada vez mais creio que não podemos esperar muito de revoluções globais ou macropolíticas; cada um de nós terá que fazer a sua própria revolução, com os poucos meios de que dispõe. Tentar modificar o próprio entorno com atitudes pessoais e intelectuais mais justas e mais emancipadas. Com isto quero dizer que a minha autoconsciência latino-americana não me levou para nenhum tipo de “militância”, no sentido ôntico habitual. Se acontecer que da inserção da política na ontologia - e especificamente numa ontologia negativa e pessimista - sair uma militância, será algo muito diferente das militâncias de esquerda e direita que estamos acostumados a ver.

Danilo Pimenta: Parafraseando Noberto Bobbio o senhor diz em *Margens das filosofias da linguagem* que “não se pode ser um bom filósofo analítico sendo apenas analítico. Mas o analítico tem uma tendência irresistível a ser apenas... analítico” (p. 15). Também me parece que não se pode ser um bom filósofo acadêmico sendo apenas acadêmico. Mas o acadêmico tem uma tendência irresistível a ser apenas... acadêmico. O senhor poderia nos falar um pouco sobre como construiu sua trajetória acadêmica sendo mais que apenas um acadêmico, sendo um filósofo que pensou compulsivamente seus tormentos e resistiu a certas práticas autoritárias da academia?

Julio Cabrera: Nunca esteve em meus planos ser um “bom filósofo acadêmico”, de maneira que nunca corri o risco de ser apenas isso. Talvez ser um filósofo (bom ou mau) seja incompatível com ser um “bom filósofo acadêmico”. Eu sempre tentei escrever meus textos e desenvolver minhas aulas seguindo meus próprios interesses filosóficos. Parecia-me que isso era o melhor que eu podia oferecer a meus leitores e alunos. Os afazeres acadêmicos foram para mim apenas um ganha-pão, de alguém sem fortuna pessoal que tem que ganhar a vida

dando aulas. Uma espécie de faxina intelectual, de trabalho braçal que se precisa para sobreviver. Jamais deixei minha biografia intelectual ser “curricularizada”, transformada num mero “programa de estudos”.

Para mim, “filosofia acadêmica” é uma expressão que tende a ser contraditória, ou pelo menos paradoxal, porque a academia – como já o via o velho Schopenhauer – obriga a deixar de filosofar para desenvolver uma “carreira”. E os ritmos dessas duas músicas soam diferentes, dissonantes, eu diria. Isso explica, em parte, que eu não tenha sido bem apreciado pelos meus colegas acadêmicos brasileiros. Tive a sorte de atuar num período em que, pelo menos, se não fui estimulado tampouco fui incomodado, e consegui desenvolver a minha filosofia no meio da algazarra acadêmica. Creio que hoje isso já não seria mais possível, porque a “filosofia acadêmica” endureceu, se tornou mais rígida e mais intolerante a respeito de pretensas “filosofias autorais” nas quais não acredita. A academia só aposta em acúmulo de conhecimentos, com os quais, num futuro sempre distante, alguma vez se fará filosofia autoral de qualidade. Isto é um projeto impossível, ou apenas uma estratégia para adiar o impossível. Um filosofar autoral parte de tormentos muito específicos, e o acúmulo de conhecimentos pode obstaculizar a sua expressão, em lugar de promovê-la, como também Schopenhauer já tinha apontado.

Como consegui eu mesmo construir uma filosofia no meio dos encargos acadêmicos? De alguma forma, segui inconscientemente a estratégia que os indígenas de América utilizavam contra os evangelizadores cristãos: fingir conversão. Minhas aulas e artigos nunca foram aulas e artigos como os de meus colegas, sempre carregavam um selo muito pessoal; mas vistos de fora se pareciam enormemente com aulas e artigos acadêmicos. Nas orientações, eu tentava estimular a criatividade de meus orientandos. Meus livros sempre transmitiam meus próprios pensamentos, jamais me ocorreria escrever um livro sobre algum dos filósofos que eu conhecia melhor (Schopenhauer, Wittgenstein, Sartre). O “Devorando Nietzsche”, meu último livro em português, de 2022, não é um livro “sobre Nietzsche”, mas - como seu título já enuncia - uma apropriação devoradora (oswaldiana) do estilo nietzscheano para expor meus pensamentos sobre a situação da filosofia nos países do sul.

De certa forma, a academia nos obriga a fazer nossa filosofia de forma clandestina, assim como Carlos Saura fez alguns de seus melhores filmes subversivos durante a ditadura de Franco. Mas tenho uma má notícia para jovens filósofos: a academia fechou-se muito nos

últimos 20 anos, e cada vez com maior força esse trabalho clandestino se tornou mais inviável. Hoje em dia, as exigências acadêmicas ocupam todo o espaço e tornam o pensar numa atividade quase heroica. Certamente, qualquer professor acadêmico vai considerar estas minhas ideias românticas e idealizadas e vai defender a filosofia profissional e técnica hoje dominante. Eu continuo pensando que uma sociedade intelectual que permita ambas as visões – a acadêmica e a autoral – é melhor que uma que bloqueia qualquer uma delas. E penso que a situação atual bloqueia a visão autoral do filosofar.

Danilo Pimenta: Desde a década de 1980 o senhor escreve sobre ética negativa. O senhor poderia nos dizer o que seria a ética negativa?

Julio Cabrera: Isso já foi exposto em numerosos lugares e não teria sentido eu tentar resumir aqui o que expliquei em detalhe em centenas de páginas. Mas, resumindo: a ética negativa é o último passo possível antes da pura e simples negação da ética. É a tentativa de negativizar a ética para não ter que simplesmente negá-la, ou declará-la impossível. Depois de comprovar que a vida pode ser incompatível com a ética (ou seja, que uma “vida ética” não é uma expressão tranquila, um conceito que possamos aceitar naturalmente), trata-se de pensar como ainda seria possível uma ética sabendo dessa incompatibilidade. Ou seja: como seria ainda possível viver eticamente uma vida que sabemos de baixa qualidade, marcada pela terminalidade do ser, pelas fricções naturais e sociais, pelo envelhecimento veloz e a morte dolorosa, quando, apesar de tudo, não se quer (ou não se pode) apelar ao suicídio.

Atenção: não se trata de saber apenas como suportar as agruras da vida. Isto ainda seria puro “estoaicismo”. Não. Trata-se de saber como se pode levar uma vida ética (uma vida de consideração pelos outros) quando somos permanentemente acuados pelos desdobramentos físicos, psicológicos e morais da nossa terminalidade ontológica, desde a dor excruciente das doenças até as persistentes injustiças sociais e o inevitável desânimo. A depressão nunca me pareceu uma doença, mas a resposta afetiva (o pâthos) mais adequada para a falta de qualidade da vida. Se eu fosse psicólogo diria ao paciente deprimido: “Você está certo; sou eu que estou errado”.

A ética negativa põe em dúvida se é possível ser ético e continuar vivendo. Isto, que foi aceito por toda a tradição ética europeia como algo evidente, é posto em discussão pela ética negativa. Sendo o mundo como é, esse continuar vivendo só pode ser negativo; não

poderia ser um continuar sem condições. A ética negativa coloca condições éticas para o sobreviver. Quando o nosso continuar existindo torna-se mais imoral do que a nossa morte, deveríamos estar dispostos a desaparecer. Nesse sentido, algo que caracteriza uma ética negativa é o fato dela estabelecer novas relações com a morte: primeiro numa recusa radical da procriação, considerando o ato de ter filhos como moralmente problemático; e segundo, numa constante disposição para a própria morte, não apenas no suicídio, mas também numa vida moralmente arriscada. Este é o núcleo fundamental; mas não vou repetir aqui o que já desenvolvi em numerosos lugares. (Se pode consultar “Mal-estar e Moralidade”, Capítulo 3. “Possibilidades de uma ética para um ser sem valor: entre ética negativa e negação da ética”, pelo menos as páginas de 271 a 381. Mas aconselho ler a totalidade deste capítulo para ter uma visão geral da ética negativa).

Danilo Pimenta: Como o senhor caracterizaria a recepção de sua ética negativa entre estudantes e entre professores, tanto no Brasil quanto em outros países?

Julio Cabrera: Entre meus colegas professores no Brasil essa recepção foi quase nula. Alguns deles debochavam; diziam: “Que absurdo! Imoralidade da procriação!”, poucos anos antes do surgimento internacional do antinatalismo, que sustentava as minhas mesmas ideias. Eles estavam apenas atentos à agenda ética europeia, aos três porquinhos éticos, Aristóteles, Kant, Mill. Não conseguiam pensar a ética além desses referenciais. Foram os estudantes os que começaram a se interessar pelas minhas ideias em começos do novo século. Jorge Alam Pereira foi um dos primeiros, escrevendo um trabalho final de graduação sobre ética negativa. Somente Paulo Margutti, dos professores do establishment, comentou minhas ideias, embora parcialmente.

A comunidade brasileira de filosofia não aprecia seus pensadores; isso já se viu com Mário Ferreira dos Santos e Vilém Flusser, entre outros. Em meu “Projeto de ética negativa”, de 1989, eu já antecipava as ideias básicas do antinatalismo, que surgiria muitos anos depois, no final dos 90 e inícios do 2000. Se eu tivesse atuado dentro de uma comunidade que lesse meus escritos e os comentasse criticamente, hoje o Brasil poderia se gabar de ter iniciado o movimento antinatalista. Hoje em dia, em muitos países do mundo se estuda a minha ética negativa, e meus livros estão sendo traduzidos a outras línguas.

Depois de 2010, leitores de outras partes do mundo – particularmente na Polônia, curiosamente – começam a se interessar pelos meus trabalhos em ética negativa e antinatalismo. Vários deles montaram o verbete “Julio Cabrera” na Wikipédia, fui entrevistado no Exploring Antinatalism Podcast e em 2019 publiquei o livro “Discomfort and moral impediment” na Inglaterra. No México e na Espanha há grupos estudando a minha “Crítica de la moral afirmativa”, e traduzindo para o espanhol artigos meus em português. Meu pensamento é muito mais conhecido nesses países que no Brasil, onde a filosofia continua sendo essencialmente comentário de filósofos europeus, algo que nunca me interessou fazer.

Danilo Pimenta: Uma frase de sua obra *Testamento* me surpreendeu bastante. É a seguinte: “De hecho, por lo que sé, Cabrera jamás fue un ‘educador’, nunca le interesó ‘formar’ a nadie – ni siquiera a sí mismo” (2022, p.159). Me surpreendeu porque posso reconhecer em sua obra uma preocupação com a formação que os estudantes recebem em nossos estabelecimentos de ensino. Noto isso em sua decepção com o fracasso existencial e pedagógico de seus estudantes com sensibilidade filosófica que vão definhando na medida em que avançam em seus estudos e fazem suas pós-graduações (*Diário*, 2013, p. 72). Além disso, o senhor teve a preocupação com o filosofar de seus alunos, publicando com vários deles. Assim, pergunto: sua obra não seria, também, uma preocupação com a formação filosófica dos estudantes, sendo uma reflexão sobre como ensinar filosoficamente a filosofia?

Julio Cabrera: No futuro, quando fosse estudada a minha obra filosófica, eu realmente não gostaria ser considerado como um “educador” no sentido que dão a esse termo as disciplinas que pretendem formalizar o ato de ensinar. Nesse sentido, eu não quero que exista nada de “pedagógico” em meus pensamentos. Isso não significa que eu não queira ter alguma influência nos mais jovens, mas não gostaria que essa influência fosse soletrada em termos de “ensino”. É nesse sentido disciplinar que manifesto não ter nenhum interesse em “educar”. É evidente para mim que não se podem aplicar regras pedagógicas para criar um filósofo, como sim podem aplicar-se, embora com limitações, para formar um mero transmissor de ideias, alguém que ensine história da filosofia europeia. Um comentador pode ser formado; um pensador, pelo contrário, nasce sempre de uma deformação.

Na verdade, a questão pedagógica não me interessaria em absoluto se vivêssemos numa situação de criatividade de ideias, não impedida pelas estruturas institucionais hoje vigentes. Ou seja, se as faculdades de filosofia não existissem tais como as conhecemos eu nunca teria escrito o “Diário de um filósofo no Brasil” nem os outros textos que você menciona. Foi a situação de afogamento do pensamento (nesse sentido, heterocida, embora eu prefira não utilizar aqui esse termo adotado da ética negativa) o que me provocou a inquietação de escrever sobre essas questões. Num ambiente de plena liberdade de pensamento eu jamais teria me ocupado com essas coisas. Num ambiente de filosofia livre não teria nenhum sentido tentar libertar a filosofia.

Dito de outra forma: enquanto as pedagogias disciplinares atuam dentro de instituições que pretendem formar profissionais, eu estava mais preocupado com o fato de que as instituições podem impedir de pensar. Eu estava preocupado não com aquilo que essas instituições podiam fazer, mas com aquilo que elas não deixavam fazer. Pois os pensadores podem precisar de uma estrutura acadêmica, de livros, de computadores, de salas de leitura, de quadros, de espaços de interação, de pessoas para discutir, de um ambiente cultural, de bolsas, de subsídios. Mas as instituições deveriam deixar que os estudantes mais criativos e talentosos fizessem com esses espaços e esses elementos o que eles quisessem. Não os incomodar com regrinhas, com exigências burocráticas, facilitar as coisas para eles. Por isso, todas as minhas reflexões sobre ensino – que você menciona na pergunta – foram sempre rigorosamente reativas; elas não existiriam sem o fenômeno da institucionalização do pensamento, mais forte no Brasil que em outros países, mas fenômeno universal.

Eu, como o professor que tive que ser para poder sobreviver, nunca estive interessado em “formar” ninguém. Apenas tentei fazer filosofia diante de meus alunos, dar uma amostra de como podemos tentar pensar. Mas nunca pretendi ser seguido ou repetido. Indiquei meus livros ou artigos quando vi que algum aluno transitava caminhos semelhantes aos meus em alguns pontos, ou quando abordava algo que eu já tinha pensado. Mas fiz isso sempre com a plena consciência de que ele ou ela iriam fazer com as minhas ideias alguma outra coisa em suas próprias cabeças, talvez algo bem distante do que eu tinha pretendido ao escrever esses textos. Não havia, pois, nada para “transmitir”, nenhum conteúdo “educativo”. As cinco ou seis vezes que eu escrevi algum texto em coautoria com outro pensador, não houve nenhuma tentativa minha de educar ou de ser educado; houve sempre uma colaboração

de igual a igual, inclusive com pessoas muito mais jovens e com menos trajetória que eu, das quais aprendi muito.

Enfim: creio, com Freud, que educar é uma das coisas impossíveis de serem feitas. Se formamos alguém, isso será feito sempre de relance, pelas frestas, sem intenção; formar outra pessoa será sempre um despropósito, nunca um propósito.

Danilo Pimenta: Em seus textos sobre filosofia desde a América Latina, o senhor fala sobre o conceito de insurgência. O que seria esse conceito? E como poderíamos transitar da condição de vítima acadêmica para uma forma insurgente de filosofar?

Julio Cabrera: O termo “insurgência” tem pelo menos dois sentidos, e é o segundo sentido que me interessa. Pois enquanto o primeiro sentido é apenas político, o segundo é ontológico. O sentido político é o de rebeldia ou rebeldão; as pessoas se insurgem contra uma certa ordem, contra um poder estabelecido, negam-se a acatá-lo, se resistem a serem submetidos a ele. Este é, sem dúvida, um sentido importante do termo. Mas ele pressupõe que, quando nos insurgirmos contra algo, nós mesmos somos também algo, já temos uma existência, já ocupamos um lugar no mundo. Somos uma força que resiste outra força.

Mas há um sentido mais primário de “insurgência”, o sentido de um lutar por existir, por ter um lugar, por ser visualizado, precisamente porque há forças que impedem esse vir a existir, como se o nosso existir não fosse esperado nem desejado. Não se trata, como no primeiro sentido, de uma luta por essências, mas de uma luta pela existência, pelo direito de vir a ser. Aqui é útil resgatar a raiz “surgir” do termo “insurgência”: insurgir-se é surgir-contra, ou surgir contra tudo aquilo que impede de surgir. Um filósofo como Descartes pode simplesmente surgir na história do pensamento, mas pensadores como José Martí, Leopoldo Zea ou Fernando González, só podem in-surgir, porque a sua mesma existência como filósofos lhes é negada. Eles têm que lutar não para ser reconhecidos, mas para ser conhecidos. Não para que sua obra filosófica seja bem interpretada, mas para que sua obra seja interpretada, vista como digna de ser até mal interpretada. Ninguém vai negar a Descartes seu caráter de filósofo e por isso ele não precisa in-surgir; ele pode surgir tranquilamente porque todo mundo espera que ele surja, enquanto o surgir desses filósofos cubanos, mexicanos e colombianos têm que ser uma insurgência no sentido ontológico, um abrir-se caminho para simplesmente ser.

O primeiro passo para a prática da insurgência é começar a falar desses filósofos, descobrir as suas obras, dar aulas sobre eles, escrever sobre eles, mas não de forma separada, como em campos de concentração de filosofias periféricas ou menores (em disciplinas do tipo “Filosofia no Brasil”), mas misturados com filósofos europeus de maneira natural, examinando um assunto abordado por pensadores de todas as partes do planeta. Afinal, Martí, Zea e González têm muito a dizer sobre fundamentação da moral, beleza estética e origens e fim da metafísica, ou seja, sobre os mesmos problemas abordados por Descartes, Hume, Hegel, Nietzsche ou Sartre.

Mas isso não é tudo. Além de lutar pelo conhecimento desses pensadores, nós mesmos temos que aprender a pensar e fazer nossas obras de maneira insurgente. Não tentar justificar nosso pensamento nos apoiando em autoridades, mas filosofar desde nossa situação histórico-existencial (situação de invasão-colonização-luta pela emancipação). Nunca pensar disfarçados de filósofos europeus, porque em seguida seremos desmascarados.

Quando, no final da década de 80, eu estava lutando com as ideias que depois iriam compor meu “Projeto de ética negativa”, eu não estava tentando inserir meu trabalho dentro de uma tradição ou dentro de um autor; estava balbuciando minhas próprias intuições sobre ética tal qual eu as sentia. Eu estava tentando – e tentei durante décadas – de ter esse trabalho reconhecido num ambiente onde tudo se opunha a seu surgimento. Um livro como o “Projeto de ética negativa”, dentro do ambiente brasileiro de filosofia, só podia in-surgir, enquanto os livros de Marilena Chauí ou Gianotti tinham pleno direito de simplesmente surgir. Esses livros eram esperados, se enquadravam dentro dos esquemas produtivos vigentes. Eles não tinham que abrir-se caminho, porque o que eles escreviam era o que a comunidade esperava. Eu fracassei em fazer surgir o “Projeto...” dentro da comunidade brasileira, mas ele deu certo em outras comunidades do mundo. Hoje, como mencionei antes, a ética negativa é discutida em muitos países. Mas isso levou décadas.

Danilo Pimenta: Em *The Essential Cabrera* o senhor diz: “chamo de pluralista uma atitude caracterizada pelos seguintes traços: cada perspectiva é sustentável sobre suas próprias bases, trata-se de formas diferentes de organizar a vida que podem opor-se e entrar em conflitos, mas sem nenhuma delas eliminar as outras, e com as quais terá que conviver” (p. 461). E em outro momento, na mesma obra (p. 455): “os humanos, como quaisquer outros seres naturais,

precisam de oposição e de luta para continuar vivendo e para sentir-se vivo". Ou seja, o pluralismo é manutenção do conflito e para a manutenção do conflito é necessário a manutenção de seu oponente. Se o oponente é eliminado, elimina-se o conflito. Mas para a manutenção do conflito eu também preciso estar vivo filosoficamente. Em sua concepção, a pluralidade deve ser mantida até mesmo quando o outro quer te eliminar e tem força suficiente para isso? A prática acadêmica está desenhada para aniquilar o pensar filosófico e tem se mostrado eficiente para esse propósito. A pluralidade deve ser mantida até mesmo contra aquilo que nos impede de surgir?

Julio Cabrera: Em nenhum momento de minha reflexão sobre pensar desde “América Latina” (para ainda usar este termo colonizado) eu sequer cogito a eliminação dos comentadores, dos exegetas, dos intérpretes, dos tradutores, dos professores de filosofia. Entretanto, o grupo dos comentadores – grupo ainda hegemônico nas universidades brasileiras – quer, sim, eliminar qualquer tipo de filosofar que se diga autoral, por considerá-lo diletante, improvisado, não profissional, imperfeito, arrogante e ingênuo. E eles têm o poder para fazer isso. Temos, pois, que lutar para não ser destruídos (ver resposta à questão anterior). Entretanto, não temos que lutar para destruir outras perspectivas, mas para recolocá-las num lugar com menos poder. Não temos que destruir o que queria destruir-nos, mas apenas suprimir seu poder de destruição. Algo assim como os povos que, no passado, conquistavam outros povos, mas preservavam a sua cultura e seus deuses. Já disse e repeti que o que o comentador faz está perfeitamente; o que está errado reside não no que ele faz, mas no que ele não deixa fazer.

De maneira que a resposta é: sim! Tem que manter a pluralidade mesmo quando o poder hegemônico queira nos destruir, mesmo que busque a nossa desaparição. Apenas temos que impedir isso, precisamente, para salvaguardar a pluralidade. Não a salvaremos se, quando conseguirmos nos livrar do poder absoluto do comentador, instaurarmos agora um poder absoluto do autor. Feliz ou infelizmente somos diferentes, e temos que aprender a viver na diferença. Se não for assim, o outro caminho é a guerra total; ou seja, o mundo tal como o conhecemos hoje (não só no plano filosófico, mas político internacional), tudo menos pluralista. Cada parte quer a totalidade do mundo para si, sem nenhum lugar para o outro.

Para completar este tema pode ser útil ler a minha resposta a uma objeção de um ex-estudante, exposta em “Mal-estar e Moralidade”, páginas 438-441, onde se levanta a

questão de que a violência heterocida possa ser inevitável diante de uma agressão insuportável, que nega a nossa existência. Mas, nesse caso, eu prefiro dizer que não podemos continuar sendo éticos, em lugar de esticar a ética indefinidamente para que a nossa reação agressiva seja justificada pela moralidade. Aqui a negação da ética se impõe sobre a ética negativa: se para sobreviver temos que matar, melhor dizer adeus à ética, em lugar de tentar ainda construir uma ética que nos permita matar.

Danilo Pimenta: Em *Pátria e exílios: pensando “desde” a América Latina*, o senhor diz que “Europa deu ao mundo apenas 5 ou 6 bons pensadores; o resto é propaganda” (p. 98). O senhor poderia nos falar um pouco sobre a valorização e sobre a desvalorização que existe no mercado de ideias?

Julio Cabrera: A exclusão brasileira do pensamento brasileiro é mais fácil de entender – creio eu – que a sua exclusão hispano-falante. As “missões francesas” criaram no país uma ideia muito forte de filosofia como filosofia europeia, com exclusão de qualquer outro tipo de pensamento. Isto, claro, não apenas nunca é dito claramente, mas é negado mais ou menos nos seguintes termos: “Não excluímos pensamento de nenhum lugar do planeta; apenas tem que ser pensamento de rigor e original”. Mas quando vamos aos miúdos, apenas o pensamento europeu satisfaz as condições, pois ele é entendido como pensamento atrelado à única tradição filosófica reconhecida como tal, única criadora de pensamento original e de rigor. É evidente que, se este for o critério utilizado como referencial, o produzido no Brasil entre os séculos XVII e XX não será considerado pensamento rigoroso e original; e, às vezes, nem sequer como filosofia, mas como alguma outra coisa: poesia, política, religião. Aos poucos, com a promoção do pensamento africano, por exemplo, este referencial eurocêntrico está sendo desafiado nos dias de hoje.

A exclusão latino-americana do pensamento brasileiro é algo de mais complexo. O primeiro impulso seria pôr todas as culpas na diferença de línguas. Afinal, Brasil é o único país de América do Sul que fala português. Mas esta hipótese é frouxa, porque os hispano-falantes não hesitam em estudar inglês, francês ou alemão para estudar autores que interessa ler em suas línguas originais; perfeitamente poderiam aprender português, e de maneira mais simples que essas outras línguas. Até dinamarqueses os professores hispano-falantes estudam para poder ler Kierkegaard na fonte, de maneira que a explicação linguística não convence. Em encontros de Filosofia da Libertaçāo nos quais eu participei por

algum tempo, caiu muito mal a minha proposta de que, quando o encontro acontecesse no Brasil, a língua oficial devia ser o português. Os hispano-falantes me olharam com ódio quando eu disse isso. O próprio Dussel não sabia uma palavra de português – ele mesmo me disse isso – mas dava conferências em alemão sem qualquer problema. Então a explicação tem que ser buscada em outro lugar.

As relações entre países latino-americanos, pelo menos no terreno da filosofia, é a típica relação dos subalternos a respeito do patrão: cada um vê o outro como estando na mesma situação de pobreza intelectual que ele. Eles não veem no vizinho não digo algum modelo a seguir, mas nem sequer algo digno de ser estudado. Por outro lado, cada subalterno tenta ganhar as graças do patrão, mostrando que se aproxima mais do ideal por ele estabelecido. Assim, não apenas o pensador brasileiro não é levado em conta pelo pensador mexicano, mas a inversa também é verdadeira. Me pergunto por que vocês brasileiros não reclamam do total desconhecimento do pensamento mexicano no Brasil, por exemplo; aqui também temos uma exclusão. O mesmo pode ser dito do pensamento argentino, chileno ou colombiano, totalmente ignorados no Brasil.

Eu tenho estudado muitos pensadores latino-americanos, entendendo esta expressão não geograficamente, mas histórico-existencialmente; pois pensadores espanhóis ou portugueses podem ter atuado significativamente dentro do pensamento latino-americano. Posso lembrar aqui Bartolomé de Las Casas, Felipe Guaman Poma de Ayala, Antonio Vieira, Matias Aires, Juan Bautista Alberdi, Nisia Floresta, Domingo Sarmiento, José Martí, Flora Tristán, Mara Firmina dos Reis, José Ingenieros, José Carlos Mariátegui, Marcus Garvey, Oswald de Andrade, Carlos Vaz Ferreira, Fernando González, Rodolfo Kusch, Ernani Reichmann, José García Bacca, Fausto Reinaga, Darcy Ribeiro, Octavio Paz, Milton Santos, Leopoldo Zea, Abdias do Nascimento, Maria Tuesta, Aníbal Quijano, Silvia Cusicanqui, Eduardo Viveiros de Castro, Ailton Krenak e Davi Kopenawa, entre muitos outros.

Estes e muitos outros autores estão catalogados em nossa “Cartilha de Pensadores da América Latina”, elaborada por Rafael Alves e por mim e publicada em 2020. Os estudantes de filosofia de nossos países saem da faculdade sem nunca ter nem sequer ouvido falar desses autores. Posso dizer que todos eles são muito dignos de estudos tão minuciosos como os de qualquer filósofo europeu. Mas somos nós que temos que abanar essas brasas para elas fazerem fogo; somos nós, leitores latino-americanos, que temos que dar destaque para esses

autores, escrever sobre eles, compará-los, traduzi-los, criar tradições de leitura. A grandeza ou dignidade de um pensador não é fruto de alguma graça divina, mas o resultado de um trabalho intelectual comunitário. Temos que criar nossos ancestrais. Já disse outras vezes que Tobias Barreto (por exemplo) não é considerado um pensador importante porque ele não tenha valor, mas, inversamente, ele não tem valor porque nós não o consideramos um pensador importante. As tradições filosóficas não são fatos históricos totalmente objetivos, mas, em grande medida, construções culturais. Temos que aprender a fazer com nossos pensadores o que os europeus fizeram com os seus.

Que filósofos como Berkeley, Malebranche ou Jaspers sejam vistos como pensadores importantes, ou que Kant e Hegel sejam mais importantes que Jacobi ou Mendelssohn, ou que Descartes seja o inaugrador da modernidade e não Agostinho, ou que Kierkegaard seja o iniciador do existencialismo, nada disto são fatos objetivos, mas poderosas construções culturais. As conexões entre os gregos antigos e a filosofia europeia contemporânea são tributárias de uma narrativa contingente, que poderia ter decorrido de maneira totalmente diferente.

Nos aforismos iniciais de meu livro “Devorando Nietzsche”, de 2022, escrevi: “É verdade que Europa deu três ou quatro filósofos geniais: Górgias, Dionísio Areopagita, Arnold Geulincx, Wilhelm Krug, African Spir, Hans Cornelius, mas a grande maioria é apenas mediocre” Esta brincadeira tenta mostrar ironicamente a arbitrariedade com que são escritas as histórias do pensamento. Nós latino-americanos teríamos que começar a estabelecer conexões entre a antiguidade indígena e o pensamento latino-americano contemporâneo, ou entre os clássicos do século XIX e os pensadores atuais. Não pensar que “descobriremos” essas conexões quando elas apareçam na nossa frente, mas que elas aparecerão quando as criemos. Deveríamos começar a reescrever a nossa própria história a partir de nossa situação de invasão-colonização-libertação-insurgência, nas linhas explicadas em meu artigo “Esbozo de una introducción al pensamiento desde ‘América Latina’ (Más allá de las “introducciones a la filosofía”), publicado em 2018.

Esta penosa situação de exclusão que corre em todas as direções constitui, eu penso, uma patologia cultural muito difícil de ser superada. Haveria que começar a escrever uma história do pensamento mundial, no qual a filosofia grega europeia fosse vista apenas como uma de suas muitas províncias. Em lugar de inserir o pensamento dentro da filosofia, inserir a

filosofia dentro do pensamento, como apenas uma contribuição ao mesmo. A doença é grave, o que sugere que o remédio deve ser poderosíssimo, desses que podem matar o paciente durante o tratamento. Mas tem que correr o risco. Afinal, são décadas e décadas de doutrinamento no modelo eurocêntrico e exegético de pensar, que não pode ser desinstalado sem um enorme esforço das novas gerações. Não – como insisti em outra resposta deste questionário – para eliminar o comentarismo exegético eurocentrado, mas para situá-lo dentro de uma pluralidade de alternativas disponíveis para o estudante de filosofia.

Danilo Pimenta: Como podemos latino-americanizar nossos currículos? A criação ou manutenção das disciplinas denominadas Filosofia Latino-Americana seria o suficiente?

Julio Cabrera: Isto continua a questão anterior. Há aqui uma questão fundamental a ser entendida: encher nossos currículos de autores latino-americanos não vai adiantar, se a nossa maneira de os estudar continua sendo a exegese, a interpretação e o comentário. É a forma o que tem que mudar, são os estilos. É por isso que um curso sobre Hegel ou sobre Nietzsche num estilo devorador pode ser muito mais latino-americano que um curso sobre José Martí em estilo comentário. As disciplinas que você menciona são úteis no terreno informativo, dada a situação lamentável em que se encontram as nossas bibliografias oficiais, totalmente europeias e norte-americanas; mas, por si só, essas disciplinas não serão suficientes. E talvez seja um horizonte auspicioso pensar numa época em que tais disciplinas não sejam mais necessárias, porque os pensadores vão ser estudados ou utilizados sem atender mais às suas nacionalidades contingentes. Afinal, ninguém tem a culpa de ter nascido no país que nasceu, nem com isso adquiriu uma identidade eterna e inalterável.

Danilo Pimenta: Em seu texto, “O ‘faz-de-conta’ acadêmico”, publicado em *Pátria e exílios*, o senhor diz o seguinte: “Em toda seleção de pós-graduação há já um conjunto básico de candidatos ‘favoritos’, em geral formados pela própria casa; dá a impressão que os membros da banca não têm tempo nem paciência para estudar demoradamente e linha por linha cada projeto apresentado; baseando-se na sua grande experiência, os professores dão uma olhada geral nos mesmos e fazem uma ponderação global, como se um olhar rápido e experiente bastasse para incluir ou excluir com fundamento. Mas os critérios parecem opináveis; nas raras vezes que, por algum motivo, uma seleção é anulada e se faz outra com uma banca

diferente, os candidatos aparecem agora distribuídos de uma forma totalmente diferente da anterior: os melhores para a nova banca são os piores da banca anterior e vice-versa. Mas, paradoxalmente, estas seleções são realizadas com uma atitude autossuficiente, como se estivesse sendo decidida uma questão perfeitamente ‘objetiva’” (2022, p. 150).

É uma necessidade a mudança nos critérios de seleção para ingresso nos programas de pós-graduação em filosofia. Mas me parece que essa necessidade se estende aos concursos para professores universitários. Nunca vi um concurso de filosofia em que um dos critérios de seleção seja a exposição das próprias categorias filosóficas dos candidatos. O que se espera dos candidatos é sempre o mesmo, um especialista em ideias alheias, que foi domesticado na prática do comentário e que reproduza esse hábito a seus alunos. Se queremos abrir espaços para a filosofia autoral em nossas universidades, é necessário que esses espaços comecem pela seleção de docentes, pois esses espaços não surgem no pátio da universidade igual cogumelos depois da chuva. Se queremos formar filósofos é necessário que exista filósofos trabalhando em nossos departamentos de filosofia e em nossos programas de pós-graduação.

Apesar da aparência de seriedade filosófica, o faz-de-conta acadêmico está muito bem estruturado. Qual seria uma alternativa para o faz-de-conta das seleções acadêmicas? E quais foram suas estratégias para fugir desse faz-de conta e fazer filosofia?

Julio Cabrera: Parece-me que, nessa pergunta, misturam-se duas coisas diferentes: o fenômeno do “faz-de-conta” e os critérios de seleção de professores. Pois uma banca poderia escolher candidatos seguindo um critério muito restrito (por exemplo, eurocêntrico), mas fazer essa seleção seriamente, sem faz-de-conta. O faz-de-conta acadêmico é um fenômeno bem mais amplo e abrangente do que aquilo que aparece em seleções e concursos para professores. Espero que tenha ficado claro nas respostas anteriores aquilo que deveria ser feito para afastar-se do comentarismo eurocentrado; essa mudança de mentalidade deveria também ocorrer nos membros das bancas de seleção. Nesta resposta, prefiro focar no fenômeno do faz-de-conta, presente não apenas nas seleções, mas também em aulas, reuniões de departamento, defesas de teses e em todos os setores da vida acadêmica.

Por exemplo, as aulas se desenvolvem durante um assim chamado “semestre”, que, na verdade, abrange apenas 4 meses, nos quais é impossível apresentar qualquer matéria com profundidade, e muito menos todos os conteúdos prometidos nos vultosos programas, acompanhados por bibliografias imensas que não é possível ler em tão curto tempo. (Muitos

estudantes dizem que só quando saírem da universidade, depois de se formar, é que vão poder pôr em dia as suas leituras). Sem contar com que alguns professores nem preparam as suas aulas, ou as encurtam liberando seus estudantes bem antes de finalizar as horas regulamentares (e os estudantes ficam aliviados por serem liberados mais cedo). Estudos reais deveriam ocupar muito mais tempo, os cursos deveriam ser anuais, e alguns bianuais. Curiosamente, os cursos são cada vez mais regrados e cada vez mais velozes.

Outro colossal faz-de-conta acontece nas defesas de mestrado e de doutorado. Os membros das bancas recebem um exemplar do trabalho com 1 mês de antecedência; eles, em geral, estão super ocupados com avaliações, congressos, viagens profissionais, escrita de papers, etc, e não têm muito tempo para ler com atenção. Alguns só conseguem se concentrar no trabalho poucos dias antes de viajar para o lugar da defesa, e ainda no avião dão as últimas olhadas, para, no momento da defesa, colocar algumas questões baseadas em alguns trechos do trabalho (e não poucas vezes fazem perguntas que já estão respondidas em partes do texto que não tiveram tempo de ler). Já escutei inclusive fazer piadinhas sobre “fazer o dever de casa”, professores que declararam ufanamente que não tiveram tempo de fazê-lo. No final, o candidato é aprovado com louvores, mas fica com a impressão de que, realmente, ninguém leu seu trabalho; sente-se como tendo apenas participado de um ritual formal e vazio, sem genuíno conteúdo filosófico. Seu trabalho irá depois para um banco de teses que os avaliadores da Capes tampouco terão tempo de ler. Vejo isto como a amostra mais expressiva do faz-de-conta acadêmico.

O fenômeno do faz-de-conta tem por trás uma dicotomia muito importante, a distinção entre profissional e diletante, muito acentuada na filosofia acadêmica. Quem estuda em universidade torna-se um profissional da área, e é muitíssimo mais valorizado que um autodidata, que estuda sozinho em casa sem um programa definido e sem orientação. Já Schopenhauer, em seu texto “Sobre a erudição e os eruditos”, recolhido em “Parerga e Paralipomena”, defendeu o diletante contra o profissional da filosofia, porque enquanto o primeiro filosofa porque sente que tem que fazê-lo, o profissional pensa segundo as exigências burocráticas e econômicas das instituições, é um pensador por encargo. Dado o fenômeno do faz-de-conta, e a decepção do estudante formado, que sente que aprendeu muito pouco em sua rápida passagem pela universidade, alguém que estuda por conta e ao ritmo de seus interesses genuínos tem muitas mais chances de pensar com autenticidade e construir

uma obra filosófica do que um estudante obrigado a se ajustar não apenas às exigências das instituições, mas, às vezes, até aos interesses de seu orientador.

Que como eu consegui fugir do faz-de-conta? Em primeiro lugar, tive a sorte de ser formado em outro contexto acadêmico, bem diferente do brasileiro, numa faculdade de filosofia – a Faculdade de Filosofia da Universidade de Córdoba, uma instituição fundada no século XVII, a mais antiga da Argentina e uma das mais antigas de América - que estimulava bastante o pensamento autoral, e onde vários professores tinham filosofias próprias, com independência de suas ideologias políticas (tínhamos, por exemplo, Alberto Caturelli, um medievalista da extrema direita católica, e Andrés Raggio, um lógico liberal). Em segundo lugar, sempre tentei fugir do faz-de-conta em minhas aulas e atividades acadêmicas; me preocupava em ler cuidadosamente os trabalhos dos estudantes e em ir às aulas e às defesas com questões auridas dessas leituras muito atentas. Nunca me entreguei totalmente a um mero ritual. Em terceiro lugar, como já dito em outra resposta anterior, eu consegui desenvolver meu trabalho filosófico mais autoral em oposição à academia: afinal, era bom que existisse aquilo que impedia filosofar, porque era precisamente contra isso que a minha filosofia teve que se insurgir.

Danilo Pimenta: Várias de suas obras estão disponíveis gratuitamente no Repositório Institucional da Universidade de Brasília e em sua página pessoal. Em breve outras obras serão disponibilizadas?

Julio Cabrera: Além desses dois lugares, meus principais livros estão em Amazon. Minhas obras mais recentes são: *Mal-estar e Moralidade* (Editora da UnB, Brasília, 2018), minha obra magna de ética contendo a totalidade de meu pensamento nessa área. Os livros *Introduction to a negative approach to argumentation* e *Discomfort and moral impediment*, ambos publicados em 2019 pela Cambridge Scholars Publishing. O livro *Devorando Nietzsche. Por um niilismo sul-americano* (2022); *Six antinatalist criticisms against Benatar* (2025) e a novela filosófica *Antesala de la vida*, publicada no México.